

O CURRÍCULO NO CENTRO DAS ATENÇÕES

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

Ana Paula de Souza Kincheski*

Camila Mendes de Jesus1**

O século XX foi marcado por grandes transformações sociais, particularmente decorrentes da instalação da República na última década do século anterior. Entre as iniciativas de organização da máquina administrativa, o Estado elabora um plano de modernização social a fim de cultivar um sentimento nacionalista. A educação, forte aliada do projeto proposto pelo governo, é o foco do estudo da professora doutora Rosa Fátima de Souza², no livro “História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil (São Paulo: Cortez, 2008).

A autora faz uma análise do século XX, indo do ensino primário ao fim do secundário, apontando propostas para uma educação mais moderna, laica e gratuita, que contribua para a nacionalização, para a formação de um cidadão que defenda a pátria, com excelente moral e asseio pelo trabalho. Rosa Fátima tem como foco o currículo e o trabalho escolar, instrumentos utilizados para privilegiar a educação da classe burguesa e inculcar na sociedade a

* Acadêmica do curso de Pedagogia – Bolsista de Iniciação Científica – FAPESC / Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: anapaulasouzak@yahoo.com.br

** Acadêmica do curso de Pedagogia – Bolsista de Iniciação Científica – PROBIC / Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: kamilinhamj@hotmail.com

¹ As autoras atuam como bolsistas de iniciação científica no projeto de pesquisa “OBJETOS DA ESCOLA: Cultura material da escola graduada (1870 – 1950), vinculado ao projeto nacional “Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada” (CNPq).

² Rosa Fátima de Souza é doutorada em Educação pela Universidade de São Paulo (1997), pós-doutorado na School of Education, University of Wisconsin – Madison/EUA (2001), livre-docente pela Universidade Estadual Paulista (2006). Atua como professora adjunta da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e como professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (UNESP / Campus de Araraquara). (Dados extraídos da Plataforma Lattes).

ideia de democratização escolar.

A obra é organizada em três capítulos, que falam da escola primária, secundária (no qual também trata do ensino ginasial) e básica no País, demonstrando como o currículo foi planejado para atingir os objetivos republicanos. Estes capítulos estão abaixo descritos na seqüência estabelecida pela autora.

A escola primária

A educação, na transição do século XIX para o século XX, foi nutrida por ideias liberais, advindas de países ditos civilizados, que lideravam uma modernização educacional marcada “pelo desejo de renovação social”. Este desejo se refletiu na elaboração dos currículos das escolas republicanas, divididas em dois níveis: primário e secundário, que ajudaram a reforçar as diferenças sociais existentes no Brasil.

A escola primária destinava-se à maioria da população brasileira, com os saberes elementares voltados a uma formação cívico-patriótica e tinha como objetivo mais do que simplesmente alfabetizar, como afirmou Getúlio Vargas em seu discurso citado por Maciel e Frade³ (2003, p. 37), também “difundir princípios uniformes de disciplina cívica e moral, de sorte a transformar a escola primária em fator eficiente na formação do caráter das novas gerações, imprimindo-lhes rumos de nacionalismo sadio”. No decorrer do capítulo sobre a escola primária, podem-se observar diferenças entre as escolas de primeiras letras do Império e as escolas primárias republicanas, que buscavam transmitir uma visão racional do mundo e guiar as novas gerações para a modernidade.

No ano de 1882, no período imperial, Rui Barbosa propôs, em sua reforma do ensino primário, adicionar conteúdos que expressassem a evolução da sociedade e possibilitassem uma educação integral, moldando o caráter dos futuros trabalhadores dessa sociedade moderna. Já com típica visão republicana, idealizou um programa de estudos que contemplasse o desenvolvimento físico, intelectual e moral das crianças, como também afirma Oliveira (2007), considerando que esta seria a principal função do ensino primário da época.

Para que o desejo desta educação integral pudesse ser realizado, o currículo passou a dar ênfase ao programa científico, “baseado em métodos objetivos de investigação

³ Para escrever a presente resenha utilizamos, além do livro principal, outros textos (citados nas referências) que contribuíram para nossas reflexões e embasamento teórico.

psicológica e de inquéritos sociais; é democrático, liberal, natural, porque asculata os anseios da realidade da alma infantil e da realidade mesológica” (ESCOBAR apud SOUZA, 2008, p. 83). A higiene tornou-se conteúdo primordial. Tendo em vista a correspondência entre hábitos de higiene de boa educação, a legislação aboliu os castigos físicos; o caderno passou a ser um dispositivo de controle das lições e as atividades, realizadas pelo método intuitivo, as quais passam a ser sistematizadas de acordo com o tempo. Com um ensino sistematizado e conteúdos determinados, os professores tiveram de se adequar e ampliar seus conhecimentos para essa nova pedagogia normativa, um dos fatores que levaram o governo a aumentar os cursos de formação de professores.

O limiar do século XX é o momento no qual o Estado passa a ter controle sobre a Educação. É o momento em que torna a escola pública laica e gratuita para atingir a maior parte da população, numa tentativa de torná-la um ambiente mais democrático. Porém, consegue-se perceber durante a leitura do capítulo que, apesar das tentativas de tornar a educação acessível ao povo, ela continuava, em alguns momentos, altamente hierarquizada e excludente.

A escola secundária

Diferente da escola primária, que se destinava à maioria da população, a escola secundária era reservada a um grupo social restrito e privilegiado, pois preparava as elites para o ingresso no ensino superior. Para a admissão no ensino secundário, os alunos eram garimpados através de exames; buscava-se manter a seletividade do ensino, que era baseado na erudição e de caráter humanístico.

A escola secundária, no período republicano, foi alvo de discussões e reformas que provocaram inúmeras mudanças no ensino, constituindo o currículo, na análise da autora, o principal foco de discussão. Em meio a todas estas modificações, a grande polêmica era a disputa entre ensino literário e o ensino científico, sendo o primeiro um ensino que preparava as elites para o comando através da educação e o segundo, aberto a todas as classes, garantindo, além do ler e escrever bem, a preparação para o trabalho pelo ensino profissional. Essas disputas resultaram na realização de diversas reformas pelos dirigentes, no intuito de juntar as duas metodologias em um único programa de ensino.

A autora descreve as principais reformas ocorridas no período, destacando as mudanças delas decorrentes, as quais, por diversas vezes, introduziram e retiraram disciplinas

e conteúdos, reformulando o currículo do ensino secundário. Segundo Rosa Fátima, “Não se tratava apenas da introdução de novas matérias, mas fundamentalmente do desenvolvimento de novas faculdades nos educandos” (2008, p. 139).

A escola básica

Na década de 60, o Brasil vivia um momento de efervescência política e social. Esta fase foi marcada por inúmeros movimentos sociais e renovação industrial que geraram um maior desenvolvimento no País, embalando a ideologia nacional, que impulsionou grandes mudanças na educação.

Os programas de educação foram reestruturados para que o currículo se tornasse mais organizado, pois, tendo como base a definição de Pessanha (2008) de que o currículo é uma seleção de cultura cuja matéria-prima é o conhecimento, foi possível notar que, diante de tantas reformas relatadas no livro de Rosa Fátima, a preferência por um conteúdo mais técnico e científico, a nosso ver, era maior e mais apropriado para criar uma cultura escolar profissionalizante.

Em meio aos movimentos de renovação social, órgãos e leis foram acionados para organizar o currículo, propondo uma democratização do ensino com programas laicos e de acesso a todos. Um exemplo é o Conselho Federal de Educação, que foi, por muito tempo, o órgão responsável pela organização dos programas de ensino por estado e pela tão sonhada Lei de Diretrizes e Bases (LDB), aprovada em dezembro de 1961, que “assegurou a liberdade de ensino e afrouxou os mecanismos de controle das escolas privadas, facultando a subvenção da União às escolas particulares para compra, construção ou reforma de prédios, compra de equipamentos e concessão de bolsas de estudos” (SOUZA, 2008, p. 231).

A autora utiliza como exemplo das renovações ocorridas no período pelas inúmeras reformas o modelo de escola primária e secundária adotado no estado de São Paulo, estado no qual vários reformadores se posicionaram a favor do primado da escola básica com programas simples e singelos, como costumavam chamar.

A educação era vista como sinal de progresso e peça fundamental para o desenvolvimento econômico do País, que, por efeito da industrialização e urbanização, passou a ter um campo profissional mais abrangente e exigente. Por isso, quanto mais alunos das camadas populares no ensino secundário, mais o currículo deveria ser profissionalizante, contribuindo, assim, com a promoção do desenvolvimento social e a emancipação das classes

populares.

Nos anos 70, foi implantada uma única escola de 1º e 2º grau, sendo o 1º grau obrigatório dos sete aos quatorze anos, com duração de oito anos letivos, e o ensino de 2º grau, com duração de três ou quatro anos, voltado à educação de nível médio, unificando o ensino secundário e os técnicos.

A partir da década de 80, surgem novas ideias curriculares e um novo pensamento pedagógico. Com a LDB de 20/12/96, a educação brasileira foi reestruturada, denominando ensino fundamental o antigo primeiro grau e como ensino médio o segundo grau, o que consolidou as disciplinas de conhecimentos gerais, a educação física obrigatória e facultou o ensino religioso.

Todas essas mudanças nos mostram como o currículo está diretamente ligado à democratização social e à apropriação do saber das classes, que se distinguem pelos recursos e acesso à escolarização. Tal como pondera Rosa Fátima (2008, p. 296), a “relevância desses saberes do ponto de vista econômico, social e cultural e o significado deles para a humanização de homens e mulheres mantêm a efetiva democratização da cultura como um dos maiores desafios da sociedade brasileira no limiar do século XXI”. Assim, a autora nos instiga a refletir sobre as “modernas” elaborações de currículos que irão afetar escolas, criando um novo contexto escolar e construindo as novas culturas escolares do século XXI.

Referências

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (2003). Cartilhas de Alfabetização e nacionalismo. In: PERES, Eliane; TAMBARA, Elomar (orgs.). **Livros escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (século XIX-XX)**. Pelotas: Seiva. p. 27-51.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda. Educando pelo corpo: saberes e práticas na instrução pública primária nos anos finais do século XIX. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez. (2007). p. 265 -300.

PESSANHA, Eurize Caldas. Entrevero o currículo: um estudo sobre cadernos escolares de normalistas. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 232 – 237.

Recebido: Março/2010

Aprovado: Maio/2010